

Economia - Brasil O melhor caminho Déficits, Câmbio e Crescimento

Walter Chaves Marim*



O Brasil poderá estar desatando os últimos nós para deslanchar o seu próximo período de crescimento, após a aprovação do ajuste fiscal. São vários os indicadores, podendo ressaltar, como exemplo, a tendência à calmaria na movimentação financeira internacional, onde começa-se a destacar o refluxo de parte dos dólares que saíram em meses anteriores e, a maior evidência, a questão política gerada em torno do futuro ministério da produção, onde não somente o partido do presidente mas, também, os partidos aliados estão em campo para a disputa.

Esta disputa política em torno do futuro ministério da produção despertou interesses partidários devido a importância estratégica deste ministério no comando da arrancada desenvolvimentista do Brasil, no segundo mandato de Fernando Henrique. Está evidenciado assim que, a partir do próximo ano, a política macroeconômica voltada para a estabilidade econômica será fatalmente substituída por uma política macroeconômica voltada para o início de um período de crescimento, que esperamos seja auto-sustentado, como prêmio ao esforço realizado pelo governo com enorme sacrifício de todos os segmentos sociais para a consolidação da estabilidade econômica com objetivo de construir-se as condições necessárias, a partir daí, da sustentação da edificação deste período desenvolvimentista que está se avizinando.

O que está faltando ao Brasil para poder iniciar, de imediato, este novo período de crescimento e que seja auto-sustentado?

Este período de prosperidade chegará fatalmente mediante a aprovação das reformas pelo Congresso e os necessários ajustes dos déficits público e externo.

Para as propostas de reformas que estão no Congresso, a velocidade de suas aprovações dependem das articulações políticas do executivo com os parlamentares e as decisões ligadas às reduções dos volumes dos déficits dependem de decisões da área econômica.

Com as reformas aprovadas criam-se possibilidades concretas de redução de parte destes déficits mediante a criação de superávit primário na área governamental (receitas públicas maiores que despesas sem a inclusão dos juros sobre a dívida) para diminuir o volume do déficit nominal e, ao mesmo tempo, criar condições para o aumento das exportações mediante reforma tributária que privilegie o setor exportador.

As reformas são necessárias para contribuir para a redução do volume do déficit mas, provavelmente, são poucos eficientes, no curto prazo, para a eliminação do grau de incerte-

za, por completo, de nossa economia no mercado financeiro internacional, uma vez que a mesma continuará relativamente exposta a um novo ataque especulativo, devido: a) mesmo com superávit de R\$ 28 bilhões, se a taxa básica de juros mantiver-se num patamar médio de 21% no próximo ano, o déficit nominal do governo (despesa maiores que receitas incluindo as despesas com juros) chegará em torno dos R\$ 50 bilhões que serão incorporados à dívida. Parte deste déficit será financiado com poupança interna. Em decorrência, estaremos esterilizando parte da poupança que poderia ser utilizada na ampliação de nossa capacidade produtiva com geração de emprego, produção e renda e, ao mesmo tempo, mantendo as taxas de juros elevadas para a produção e financiamento de bens de consumo: b) devido ainda a existência de valorização do real em relação ao dólar, em torno de 15% para alguns especialistas, uma desvalorização antecipada, para janeiro, da desvalorização prevista para o ano de 99, mediante a ampliação do intervalo da banda cambial conduziria a uma expressiva queda das taxas de juros básica para um percentual máximo de 10% ao ano e, ao mesmo tempo, estimularia nossas exportações. E, assim, o déficit público para 1999 estaria reduzindo-se pela metade. Com isso, poderia reduzir-se, significativamente, a taxa de juros no mercado interno devido a possibilidade de execução de uma política monetária mais flexível.

A imediata retomada ao processo de crescimento econômico somente será possível com a redução da taxa de juros no mercado interno (que ocorrerá somente com a expressiva redução do déficit público nominal) e, também, com uma rápida mudança (adaptação) da política cambial para a obtenção de superávit no balanço comercial, de imediato e, assim, diminuirmos o volume do déficit no balanço de transações correntes e, consequentemente, diminuirmos a dependência de recursos financeiros especulativos. Com superávit no balanço comercial, o déficit no balanço de transações correntes poderá ser coberto com o fluxo de investimentos produtivos.

*Economista, com mestrado pela Fundação Getúlio Vargas e curso de doutorado pela Universidade de SP. É professor da Universidade Salgado de Oliveira - Universo / GO
E-mail: wmarim@zaz.com.br